

Crise dos estados ameaça Plano Real, advertem governadores

Crescimento das dívidas e distorções no funcionalismo público são problemas apontados por representantes de 14 estados em depoimentos no plenário do Senado, a convite da CAE



Diante de senadores e do vice-presidente do Senado, Teotonio Vilela Filho, Arafat assina livro de visitantes

Lucena diz que CNBB evitou luta religiosa

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) afirmou ontem que posição adotada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no episódio de agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida por um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus foi "conciliatória e evitou uma luta religiosa no Brasil".

Falando em seu nome e em nome do PMDB, o senador apoiou nota divulgada pela CNBB condenando o "desrespeito aos sentimentos católicos dos brasileiros". Lucena acrescentou que um conhecido jurista já entrou com queixa-crime contra a igreja dirigida pelo bispo Edir Macedo.

Arafat destaca apoio do Brasil à causa palestina

O dirigente palestino Yasser Arafat ressaltou ontem, durante visita ao Senado, o "apoio amigo que o povo brasileiro sempre dedicou à causa palestina". Ele foi recebido pelo 1º vice-presidente, senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), e parlamentares de diversos partidos.

Arafat elogiou o respaldo que o Brasil tem concedido à luta dos palestinos pela consolidação de um Estado nacional, "mesmo quando havia preconceito internacional e a opinião pública mundial confundia os ideais do povo palestino com ações beligerantes".

No diálogo que manteve com Arafat, o senador Teotonio Vilela Filho incentivou o prossegu-

imento dos esforços desenvolvidos na busca de justiça e paz.

Participaram da recepção ao presidente Yasser Arafat os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Benedita da Silva (PT-RJ), Emília Fernandes (PTB-RS), Bernardo Cabral (PP-AM), Ramez Tebet (PMDB-MS), Esperidião Amin (PPR-SC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Beni Veras (PSDB-CE), Joel de Hollanda (PFL-PE), Francelino Pereira (PFL-MG), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Sebastião Rocha (PDT-AP).

■ Leia mais sobre o assunto na página 4

O Plano Real poderá ser afetado pela crise dos governos estaduais, hoje com déficits causados pelo pagamento de dívidas e gastos com pessoal.

O alerta foi comum à maioria dos 12 governadores e dois representantes de governos estaduais que compareceram ontem ao plenário do Senado, a convite da Comissão de Assuntos Econômicos.

Os governadores apoiaram a reforma administrativa proposta pelo governo, embora alguns deles tenham ressalvado que não pretendem demitir servidores.

A CAE vem analisando três propostas de resolução visando a disciplinar o desembolso dos estados com pagamento da dívida.

Página 2

Uma nova proposta para o campo

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) anunciou ontem sua intenção de apresentar nos próximos dias uma proposta concreta de reforma agrária, com identificação de fonte de recursos e estratégias de implementação. Osmar pediu o apoio dos senadores à sua proposta, que será encaminhada inicialmente ao governo.

Página 4

Crise dos estados pode afetar o Plano Real

Alerta foi dado pelos governadores que compareceram ao plenário para debater com senadores integrantes da CAE os efeitos do endividamento crescente de suas administrações

A crise que os governos estaduais enfrentam, com déficits elevados provocados principalmente por gastos com pessoal e pagamento de dívidas, pode afetar o Plano Real. Esse foi um alerta comum de vários governadores que compareceram ontem ao plenário do Senado para falar de suas dificuldades e indicar caminhos para sua solução.

Doze governadores, inclusive o petista Vitor Buáiz, do Espírito Santo, e dois representantes de governos estaduais apoiaram a reforma administrativa proposta pelo governo federal, mas mostraram-se conscientes de que a permissão para demitir funcionários públicos não será nenhuma solução mágica para seus problemas, como alertou Garibaldi Alves, do Rio Grande do Norte. Alguns deles, como Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, apesar de defender a reforma administrativa, disseram que não pretendem demitir servidores.

Além do apoio à reforma administrativa, os governadores



Na sessão presidida por Miranda, os governadores expuseram a situação dos estados

apontaram causas e soluções comuns: responsabilizaram a União pelo crescimento das dívidas dos seus estados nas últimas décadas, apontaram distorções no funcionalismo público e pediram redução dos percentuais de sua receita destinados ao pagamento de dívida.

RESOLUÇÕES

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) vem analisando três propostas de resolução, todas objetivando diminuir os gastos com as dívidas estaduais.

Participaram do debate os

governadores do Mato Grosso, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rondônia, Pernambuco, Piauí e Tocantins. O senador Edison Lobão (PFL-MA) representou a governadora do Maranhão e a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) falou pelo governador de Roraima. Eles debateram com os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Júnia Marise (PDT-MG), Ermendes Amorim (RO), Francelino Pereira (PFL-MG), Vilson Kleinübing (PFL-SC), José Bianco (PFL-RO) e Waldeck Omelas (PFL-BA).

Bezerra discute problema com Malan amanhã

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) informou, no final da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos com os governadores,



Bezerra

que amanhã, às 18h, terá uma audiência com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e sua equipe.

O objetivo do encontro é discutir as propostas que deverão constar do relatório final sobre as dívidas dos estados que Bezerra deverá apresentar até o fim do mês.

O assunto, conforme ele anunciou, deverá constar da pauta da reunião que a CAE realizará hoje, às 10 horas.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

11h - Recebe o senador José Eduardo Dutra e sindicalistas da área de transportes.

11h30 - Recebe o primeiro-ministro da Espanha, Felipe Gonzalez.

14h30 - Preside Sessão Ordinária do Senado.

17h30 - Recebe o deputado Roberto Jefferson.

18h30 - Participa da solenidade de posse do senador Fernando Bezerra na presidência da CNI. Local: Auditório do Edifício Roberto Simonsen-SBN - Q. 01 - Bloco "C" - 1º subsolo.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Diversas matérias, destacando-se a votação em primeiro turno das *PECs nºs 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, e 40/95, que dispõe sobre a instituição da Contribuição Social para o financiamento das ações e serviços de saúde. (Tramitando em conjunto com a PEC nº 37/95.)

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se as *PECs nºs 12/95, que promove a desapropriação, por interesse social, de imóvel, para fins de urbanização, mediante prévia e justa indenização; 09/95 (tramita em conjunto com a PEC nº 14/95), que diz respeito aos limites de remuneração do servidor público; e 26/95, que prorroga a vigência da lei orçamentária para o exercício financeiro seguinte. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Rádio e TV
Pauta: Exposição do diretor-executivo da TVE, Walter Avancini. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP 1.145, que fixa normas relativas aos contratos para produção de bens imóveis.
Pauta: eleição do presidente e do vice-presidente, e designação do relator. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão do Vale do São Francisco
Pauta: Apreciação do 2º relatório parcial. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Projeto Calha Norte
Pauta: Depoimento do coordenador do Sivam/Sipam, major-brigadeiro-dor Marcos Antônio de Oliveira. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

ESPECIAL

10h - O senador Carlos Bezerra, relator dos projetos de resolução sobre rolagem das dívidas dos estados, reúne-se com secretários de Planejamento e de Fazenda dos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, e das prefeituras de São Paulo e do Rio de Janeiro.
Assunto: dívida mobiliária. Local: sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

Pequena empresa pode reduzir gastos trabalhistas

Joel de Hollanda defende mudanças, como a emenda constitucional para permitir que empresas de até cinco funcionários adotem legislação de empregados domésticos

Sessão suspensa em homenagem a Amaral Neto

A sessão de ontem, em que o Senado votaria, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional do governo que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, foi suspensa como homenagem póstuma ao deputado Amaral Neto (RJ), cujo falecimento foi comunicado ao plenário pelo senador Esperidião Amin (PPR-SC).

Com a suspensão dos trabalhos, requerida pelas lideranças, por sugestão do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a apreciação da emenda do petróleo foi adiada para hoje, quando deverá ser votada, também em primeiro turno, a proposta que autoriza a criação de uma contribuição social para financiar as ações e serviços de saúde pública.

Sem dúvida alguma perde a política brasileira uma das referências mais nítidas das últimas décadas - afirmou o presidente do Senado, José Sarney, ao anunciar que a Mesa da Casa também se associava às manifestações de pesar. Sarney designou Edison Lobão (PFL-MA) e Benedita da Silva (PT-RJ) para representarem o Senado nos funerais.

A combatividade, a coragem cívica e pessoal, a atuação polêmica tanto no jornalismo quanto na política e a autenticidade de Amaral Neto foram lembrados pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Júlio Campos (PFL-MT), Epitácio Cafeteira (PPR-MA), Benedita da Silva, Valmir Campelo (PTB-DF), Edison Lobão, Sebastião Rocha (PDT-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP), Arthur da Távola (PSDB-RJ), Humberto Lucena e Francelino Pereira (PFL-MG).



Maluf depõe na Comissão da Reforma Política, presidida por Lucena

Maluf propõe redução do número de partidos

Em exposição à Comissão Temporária da Reforma Política-Partidária, o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, defendeu ontem a necessidade de uma estrutura político-partidária sólida para que o Brasil possa vir a situar-se entre as cinco maiores economias do mundo, ainda nesta geração. Procurou estabelecer correlação direta entre estabilidade política e desenvolvimento, citando como exemplo os países do Primeiro Mundo. Para Maluf, um dos caminhos da estabilidade política está na redução do número de partidos para cinco ou seis no má-

ximo.

Na reunião, dirigida pelo senador Humberto Lucena, presidente da comissão, Maluf apoiou a instituição do voto distrital, como meio de se reduzir a força do poder econômico nas eleições, e o retorno à legislação do dispositivo da fidelidade partidária.

Maluf manifestou-se favorável à reeleição e ao segundo turno apenas para eleição presidencial. Ele foi questionado por Eduardo Suplicy (PT-SP), Jáder Barbalho (PMDB-PA), Epitácio Cafeteira (PPR-MA), Bernardo Cabral (PP-AM) e Sérgio Machado (PSDB-CE).

Júnia lamenta rejeição a referendo para emenda

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) lamentou ontem a rejeição, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de emenda de sua iniciativa que previa a convocação de referendo popular para a quebra do monopólio estatal do petróleo.

- Entendemos que isso seria necessário, uma vez que o monopólio foi instituído através de um plebiscito. Também acreditamos que o artigo 1º da



Júnia Marise

Constituição federal, o qual diz que todo poder emana do povo, deve prevalecer nesses casos em que as mudanças propostas pelo governo vão implicar alterações sociais e econômicas profundas - explicou.

Júlia alertou para a necessidade de o Congresso Nacional fixar cuidadosamente os limites e transformações decorrentes das mudanças a serem imprimidas na ordem econômica e política.

Sob o argumento de que as micro e pequenas empresas não têm condições de arcar com os mesmos custos das grandes e médias, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu cinco mudanças constitucionais reivindicadas por empresários pernambucanos, destinadas a reduzir os gastos trabalhistas das pequenas empresas. Uma das emendas objetiva permitir que empresas de até cinco empregados adotem a legislação para o empregado doméstico, desde que paguem o FGTS do funcionário.

Destacando que as micro e pequenas empresas absorvem 60% da mão-de-obra do país, Hollanda ponderou que elas não devem ser obrigadas a seguir o piso salarial negociado em acordos trabalhistas. O único piso seria o salário mínimo. Ele também apoiou a flexibilização do cumprimento da jornada de 44 horas semanais.

Gilvam contra a contribuição para a saúde

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a rejeição da proposta de emenda constitucional em tramitação no Senado que autoriza a criação de uma contribuição para a saúde. Segundo ele, nada justifica a imposição de mais esse ônus ao cidadão.

- Deixa-nos perplexos verificar que, em meio a esta situação ruíndica do setor público de saúde, ouse o ministro vir a público pedir mais recursos compulsoriamente extraídos da economia popular, sob forma de imposto direto disfarçado sob a capa de contribuição social - disse o senador, que denunciou a "ineficiência e improbidade de numerosos prestadores privados de serviços de saúde".

Suplicy ressalta visita de Arafat ao Brasil

A importância da visita do líder palestino Yasser Arafat ao Brasil foi destacada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo o senador, os brasileiros gozam de prestígio entre o povo da Palestina devido às gestões diplomáticas que sistematicamente fizeram em favor da criação de seu Estado e pela paz naquela região do Oriente Médio.

"Arafat é um exemplo de determinação e afirmação do seu povo", disse o líder do PT, lembrando que, em menos de um ano e meio de negociações, Arafat conseguiu junto a dirigentes judeus o termo de paz que Israel e a Palestina tanto almejavam.

Campos prega boicote à Copa de 98 na França

A força que o Brasil demonstra no futebol deve ser usada como instrumento de pressão para que a FIFA promova um boicote à Copa do Mundo que será realizada na França, em 1998, segundo proposta apresentada ontem pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) ao ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé.

Campos disse que espera contar com o apoio de todos os países que estão contra os testes nucleares realizados na Polinésia Francesa. A seu ver, a condição de "atleta do século" atribuída a Pelé dá ao Brasil autoridade para tentar punir a "arrogância francesa".

Osmar Dias propõe modelo de reforma agrária ao governo

Proposta identificará fontes de recursos e prevê venda da terra para os colonos beneficiários, pela metade do valor do lote

Uma proposta concreta de reforma agrária, com identificação da fonte de recursos e estratégia de implementação, será encaminhada ao governo nos próximos dias pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR). Ele anunciou ontem que, caso sua proposta não seja acatada, será transformada em projeto de lei e apresentada ao plenário para votação. O senador pediu aos representantes de todos os partidos que apoiem seu projeto.

Osmar Dias propõe a criação de um Fundo Agrário destinado

a financiar as novas propriedades rurais criadas com a reforma agrária, dotando-as da infra-estrutura necessária a torná-las produtivas.

Dias sugere que a terra não seja dada de graça a seus novos proprietários e propõe que os colonos sejam responsáveis pelo pagamento de metade do valor do lote, através de financiamentos do Fundo Agrário.



Osmar Dias

Em aparte, Júlio Campos (PFL-MT) elogiou a sugestão de que a terra não seja dada de graça. Lúdio Coelho (PSDB-MS), por sua vez, alertou para o tom emocional das discussões em torno da reforma agrária. Para Bernardo Cabral (PP-AM), a questão não pode ser abordada pelo lado ideológico ou emocional e, sim, através do ponto de vista racional.

Amin protesta contra situação das estradas

Ao protestar contra o "des-caso" do governo federal para com a BR-116, única via de ligação entre a região Sul e o resto do país, o senador Esperidião Amin (PPR-SC) disse que "o Brasil não suporta mais a ditadura das autoridades orçamentárias que, sistematicamente, negam verbas para a construção e recuperação de estradas".

Na opinião do senador, os tecnocratas brasileiros, "que fazem suas viagens utilizando meios de transporte mais modernos que os rodoviários",

não podem compreender a situação de calamidade pública por que passa o povo brasileiro, "que nunca sabe, ao entrar numa estrada, se chegará ao destino nem se voltará para casa".

Amin afirmou que a economia está sendo bastante prejudicada em decorrência da precariedade das rodovias: são bilhões de dólares de prejuízo com mercadorias perdidas, estragadas, roubadas, enquanto negócios deixam de ser realizados. "Mas o pior e o maior de todos os escândalos é a perda de vidas humanas".



Esperidião Amin

Nabor quer evitar burla à desapropriação

Os cartórios de imóveis também devem ser notificados pelo Incra para que não aceitem registros de venda de partes de fazendas em processo de desapropriação para reforma agrária.

A recomendação foi feita por superintendentes da autarquia na Amazônia, reunidos em Macapá, conforme relato feito ontem em plenário pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Com isso, os proprietários seriam impedidos de burlar ou até inviabilizar a desapropriação.

Os superintendentes se reuniram paralelamente ao terceiro encontro das bancadas parlamentares daquela região e assinaram a "Carta da Amazônia".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do

Carmo Andrade ■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo

e Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.